



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE

URGENTE: PEDIDO DE CAUTELAR RECURSAL

PROCESSO Nº 00600-00000661/2021-08-e

REPRESENTANTE: CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 4ª REGIÃO
REPRESENTADO: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA (TERRACAP);

Douto Conselheiro,

O Conselho Regional de Biologia da 4ª Região – CRBio-04, por seu procurador, diante das omissões contidas no v. Acórdão 4507/2021, respeitosamente comparece para apresentar o presente Embargo de Declaração expondo e requerendo o que segue:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

PRELIMINARES

Inicialmente, apontamos que o presente procurador possui acesso limitado aos autos, fato que traz enormes prejuízos à defesa dos interesses do representante.

Nesse sentido, não é possível afirmar, se quer, se o ofício de notificação da r. Decisão foi enviada ao CRBio-04, mas é certo que não foi recebida por seu procurador, que assina a presente peça, e que já trocou mensagens por e-mail com a secretaria desta corte, inclusive para receber as razões do recurso, pois como dito, seu acesso aos autos é parcial.

Assim, o representante somente soube da r. Decisão proferida nestes autos ao ser notificado, por profissionais de sua jurisdição, quanto às ilegalidades contidas no Edital da Licitação Presencial nº 42/2021, que tem o mesmo objeto da licitação debatida nestes autos.

Portanto, considerando a proximidade da sessão pública de julgamento das propostas da Licitação Presencial nº 42/2021 o CRBio-04 pede para que aquela licitação seja sobrestada até o julgamento destes aclaratórios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

DA OMISSÃO

O v. Acórdão, acertadamente, *“a possibilidade de participação do profissional biólogo, condicionada à comprovação de formação acadêmica (currículo efetivamente realizado) e experiência profissional compatíveis com o objeto lícito e inscrição no respectivo conselho profissional”*

Ocorre que, a r. Decisão deixou de se manifestar quanto à competência exclusiva do Conselho Regional de Biologia para analisar o currículo dos Biólogos, conforme já julgado no processo nº 502231-75.2010.4.04.7100:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATIVIDADE DE MANEJO AMBIENTAL. ATRIBUIÇÃO CONFERIDA PELA LEI AO BIÓLOGO MEDIANTE ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR E EXPERIÊNCIA QUE LHE CONFIRA CONHECIMENTO ESPECÍFICO NA ÁREA. EFEITOS INTEGRATIVOS PARA COMPLEMENTAR O JULGADO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO

1. Tendo presente o disposto na Constituição Federal (art. 22, inciso XVI), bem como o disposto na Lei nº 6.684/79 (art. 12, inciso XII), impõe-se suprir a omissão para o fim de estabelecer que a competência para averiguar o currículo efetivamente realizado dos biólogos para exercício da atividade de manejo florestal e descapoeiramento compete exclusivamente ao Conselho Regional de Biologia.

2. Provimento dos embargos de declaração com efeitos integrativos ao julgado.

A competência para análise do currículo, diferente do que fez parecer a representada, não é uma trivialidade, afinal o julgamento objetivo (Art. 31, Lei 13.303/2016) é princípio de observância obrigatória pela Administração.

Assim, é incabível a análise posterior do currículo dos profissionais Biólogos já que inexistente os parâmetros objetivos para o julgamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

Para além do julgamento objetivo, a realização da análise curricular, pela comissão de licitação, apenas para os Biólogos, feriria de morte os princípios da igualdade e da isonomia.

Repisamos que a regra do ordenamento jurídico brasileiro é a liberdade de ofício, portanto, na ausência de norma a atividade seria lícita a todo e qualquer cidadão brasileiro (CR/88, art. 5º, XIII). Todavia, a Lei 6.684/79 diz que cabe ao CFBio:

Art. 10 - Compete ao Conselho Federal:

II - exercer função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

III - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

Por outro lado “Art. 12 - Compete aos Conselhos Regionais:”

XII - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

XIII - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;

Ou seja, como a regra é a liberdade de atuação profissional, a princípio, todo Biólogo poderia realizar as atividades que se “*relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;*” (Lei 6.684/1979, Art. 2º, I) cabendo ao Conselho Federal de Biologia a função normativa negativa, ou seja, o CFBio é quem determina por norma quais profissionais não podem exercer determinada atividade em decorrência do “*currículo efetivamente realizado*” (Lei 6.684/1979, Art. 2º, III).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

Portanto, não resta nenhuma dúvida que a competência legal para restringir a atuação do profissional deve decorrer diretamente de Lei Federal (CR/88, art. 22, XVI) ou de norma do Conselho Federal de Biologia, nos termos do artigo 10, inciso II da Lei 6.684/1979, sendo certo que caberá apenas ao Conselho Regional de Biologia a análise quanto ao atendimento da mencionada norma (Lei 6.684/79, art. 12, inciso XII).

Por fim, devemos lembrar que diferentemente do que faz parecer a representada a formação acadêmica, não é (nem de longe) a principal ferramenta a disposição do Administrador para escolher a proposta mais vantajosa.

É lícito que a licitação exija a apresentação de atestados de capacidade técnica de serviços anteriores, além de outros documentos, que realmente poderiam apurar a capacidade técnica do licitante de realizar o objeto da licitação.

Desde que todas as normas do processo licitatório estejam postas aos licitantes no início do processo. O que não ocorre no caso da avaliação curricular pela comissão. Esta possibilidade leva esse corolário à falência, pois cria ponto de avaliação subjetiva, não prevista no edital.

E ainda, implicaria na recusa da autarquia representada em reconhecer fé aos documentos emitidos pelo CRBio-04.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

DA MEDIDA DE URGÊNCIA

A TERRACAP lançou o edital 42/2021 para substituir o edital 8/2020, no novo edital na intenção de cumprir o que fora determinado no v. Acórdão a autarquia incluiu uma disposição para que possibilita a participação de Biólogos, porém condiciona essa participação ao currículo efetivamente realizado.

Após pedido de esclarecimento encaminhado por este Regional a Companhia informou que:

Portanto, o Projeto Básico visa atender à decisão do TCDF, nos termos exigidos por aquele Tribunal.

Sendo assim, informa-se que caso seja necessária a análise curricular de determinado profissional, esta análise será realizada por uma comissão composta por servidores desta Empresa, cujo resultado será encaminhado ao TCDF.

Carta n.º 78/2022 - TERRACAP/PRESI/DIRAF/CPLIC

Assim, considerando a iminência da sessão de julgamento o CRBio-04, respeitosamente, roga para que sejam sobrestados todos os atos referentes a Licitação Presencial nº 42/2021 até a decisão final desta colenda corte de contas.

DOS PEDIDOS

Tudo posto, com todo respeito, o CRBio-04 requer:

- Sejam sobrestados todos os atos referentes à Licitação Presencial nº 42/2021;
- Seja resolvida a omissão do v. Acórdão reconhecendo a competência exclusiva do Conselho Regional de Biologia para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 4ª REGIÃO – CRBio-04
MG | GO | TO | DF

análise do currículo efetivamente realizado do Biólogo exatamente, como foi feito pelo Juízo da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no processo nº 5022231-75.2010.404.7100/RS.

- Requer o registro do advogado abaixo assinado, nos autos e a liberação de acesso ao inteiro teor dos autos, ficando, desde logo autorizada a intimação do procurador no e-mail:

juridico@crbio04.gov.br.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

Fabiano Cardoso

OAB/MG 164.136